



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS
FLORES**

Assembleia Municipal

ATA N.º 04

Sessão Ordinária de junho de 2026

Reunião de 25-06-2026

--- Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, pelas treze horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Concelho de Santa Cruz, na Casa do Povo de Ponta Delgada, sob a Presidência de Hernâni Mendonça Peixoto, tendo como primeiro secretário Danny Mendonça Nóia e José Henrique Coelho da Costa como segundo-secretário. -----

--- Feita a chamada, responderam os seguintes deputados municipais: Dora Maria de Castro e Câmara Freitas Valadão, José Luis Fernandes em substituição de Sérgio André Teixeira Ferreira, Carlos Manuel da Silva, Hernâni Mendonça Peixoto, Danny Mendonça Nóia, Diogo Alexandre Dias Vieira em substituição de Cecília Maria Soares Estácio, Carla Alexandra Avelar Nóia, Bernadete Nóia Pacheco, Lizandro Rodrigo Frias Caldeira em substituição de Adelina Maria Sousa Silveira, Nelson José da Silveira Pimentel em substituição de Énia Cristina Casimiro Fontes, Anselmo Gaspar Cravinho Furtado, Andreia Filipa Cordeiro Pinto em substituição de Sénia Sofia Andrade Câmara, Conceição Silva em substituição de Rogério Luis Pimentel Barcelos, José Henrique Coelho da Costa, António Florentino Melo Rezendes, Eduardo Manuel Maiato Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia dos Cedros, Ricardo Soares Barcelos, Presidente Junta de Freguesia de Ponta Delgada, Antero Pereira de Sousa, Presidente da Junta de Santa Cruz e Eduardo Manuel Sousa Melo, Presidente da Junta de Freguesia da Caveira. -----

--- Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes a Sra. Presidente da Câmara, Maria Elizabete Avelar Nóia, as Sras. Vereadoras Graça Isabel Pacheco de Sousa e Fabiana da Conceição da Silva Costa e o Sr. Vereador Daniel Filipe Esteves Miranda. -----

--- Verificado o quórum, o Presidente da Mesa deu início à sessão. -----

--- **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que começou por manifestar a sua satisfação pela realização da sessão da freguesia de Ponta Delgada, agradecendo ao Presidente da Junta de Freguesia a disponibilidade e colaboração

demonstradas para a concretização da sessão descentralizada. Salientou que a realização das sessões nas diferentes freguesias constitui uma oportunidade para aproximar a Assembleia Municipal da realidade local, permitindo um contacto mais direto com as populações e com os seus problemas e preocupações. Neste contexto, dirigiu uma palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, manifestando a sua disponibilidade para que pudesse apresentar as principais preocupações e necessidades da freguesia, reiterando igualmente a disponibilidade da Assembleia Municipal para ouvir as populações e procurar, no âmbito das suas competências, contribuir para a resolução dos problemas identificados. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que a Comissão Permanente tomou posse e disse que a presidência do grupo de trabalhos ficou a cargo da deputada municipal Carla Nóia, tendo como primeiro secretário o deputado municipal Danny Nóia e como relator o deputado municipal Sérgio Ferreira, salientando que uma das primeiras tarefas que lhes foi atribuída consiste na revisão do Regimento da Assembleia Municipal. De seguida, relativamente à convocatória e à documentação destinada aos membros da Assembleia Municipal, designadamente no que respeita às substituições dos membros dos grupos municipais, esclareceu que, toda a documentação enviada é da sua responsabilidade. Nesse sentido, solicitou que, aquando da comunicação de substituição de um membro, seja igualmente indicado o respetivo contacto de correio eletrónico, de forma a permitir o envio atempado da documentação necessária. Informou igualmente que as senhas de presença das últimas sessões foram pagas no presente dia, e solicitou aos novos membros substitutos o envio da documentação (cartão de cidadão e comprovativo de IBAN) aos serviços administrativos da Câmara Municipal para efeitos de pagamento das senhas de presença da devida reunião. Por fim, aproveitou ainda para deixar uma nota pessoal, agradecendo as manifestações de apoio e solidariedade que recebeu na sequência de um recente problema de saúde. Manifestou o seu reconhecimento pelo apoio recebido, que considerou importante na sua recuperação e no regresso aos trabalhos da Assembleia Municipal. Concluída esta intervenção, deu por encerrado o período introdutório da sessão, prosseguindo-se com os trabalhos da reunião ordinária. -----

--- **Correspondência recebida.** -----

--- O Sr. Presidente informou os presentes de que o deputado municipal Elmar Braga apresentou a sua renúncia ao mandato, fundamentada em motivos de ordem profissional que, por incompatibilidade com o exercício de funções de deputado municipal,

impossibilitam a continuidade do desempenho do respetivo mandato, e tendo a mesma sido formalizada nos termos legalmente aplicáveis. -----

--- **Perguntas à Câmara Municipal sobre assuntos da respetiva administração.** -----

--- Tomou a palavra a deputada municipal Dora Valadão que em relação à preparação do Município para o início da época balnear, afirmou saber da existência de um protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores, tendo em vista a aquisição de vigilantes para as zonas balneares e o reforço durante o período de verão no ERL. Nesse sentido, questionou se os respetivos contratos já se encontravam formalizados e em execução. Questionou ainda, para quando a colocação da escada de acesso à água no Porto do Boqueirão. Em relação, ao salário das piscinas das Salemas questionou a situação dos trabalhos de recuperação, tendo sido referido na última reunião de Assembleia Municipal, que seria necessário contactar a Tecnovia, uma vez que a solução em betão poderá ser mais adequada do que a solução inicialmente prevista, pretendendo-se saber se já havia sido efetuado algum contacto com a entidade. Relativamente à zona do Porto Velho, foi sugerido a colocação de cal na rampa, considerando que esta se encontra com excesso de verdura, podendo constituir um risco de escorregamento para os utilizadores. Por fim, tendo em conta que, a sessão realiza-se na freguesia de Ponta Delgada, questionou sobre a existência de alguma previsão relativamente à construção da zona balnear. -----

--- Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal, que manifestou a sua satisfação pela realização da reunião da Assembleia Municipal na freguesia de Ponta Delgada. Informou que permanecem ainda alguns trabalhos por concluir na zona balnear, referindo que a Câmara Municipal celebrou um protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores, tendo em vista a disponibilização de cinco vigilantes e um monitor para o Espaço de Recreio e Lazer (ERL), os quais se encontram em funções desde o dia quinze de junho. Relativamente à colocação da escada no Porto do Boqueirão, informou que a mesma já se encontra instalada, estando apenas em falta a colocação da escada da Piscina do Altio, que chegou no último navio e que ainda não foi possível instalar. Adiantou, contudo, que a sua colocação deverá ficar concluída durante a presente semana ou, no máximo, na semana seguinte. No que respeita à colocação de betão na Piscina das Salemas, informou que a Câmara Municipal solicitou um orçamento à empresa Tecnovia, a qual não demonstrou disponibilidade para executar o trabalho, atendendo à reduzida dimensão da área em causa. Referiu que foi,

posteriormente, contactada a empresa Bruno Alves, que manifestou disponibilidade imediata para realizar a intervenção, tendo apenas solicitado que se aguardasse pela apresentação do orçamento, uma vez que a empresa irá receber uma máquina que permitirá projetar o betão diretamente no local. Relativamente ao Porto Velho, informou que já se encontram a ser realizados trabalhos de preparação da zona, faltando apenas proceder à limpeza da rampa e à colocação dos chapéus de sol. Quanto à zona balnear de Ponta Delgada, informou que a Câmara Municipal pretende continuar a diligenciar no sentido de concretizar o projeto, tendo, em conversa com o Secretário Regional, solicitado uma intervenção mais célere, nomeadamente com vista à criação de uma zona balnear no porto de dentro. Relativamente ao projeto da Câmara Municipal previsto para a parte superior da zona, que contempla a construção de uma piscina e de um restaurante, informou que o mesmo se encontra atualmente suspenso, uma vez que o terreno está integrado em área de Reserva Agrícola. Referiu, contudo, que, no âmbito do novo Plano Diretor Municipal (PDM), foi solicitada a desafetação daquele terreno, de modo a possibilitar a concretização do projeto. Informou ainda que, nos dias dezasseis e dezassete de junho, esteve presente na ilha a Comissão de Acompanhamento do PDM, tendo sido realizada uma visita à freguesia de Ponta Delgada e, em particular, à zona do porto, a qual se encontra identificada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) como zona de risco. Esclareceu que, recentemente, o Governo Regional elaborou uma carta de riscos das falésias, na qual se encontra identificada a área onde estava prevista a construção da zona balnear. Nesse sentido, informou que a Câmara Municipal procurou transmitir ao Governo Regional que a zona prevista para a realização da obra não apresenta qualquer perigo, manifestando a expectativa de que a referida carta de riscos possa vir a ser revista. -----
--- Tomou a palavra o deputado municipal António Rezendes, cuja intervenção incidiu sobre a situação do Canil Municipal. Referiu ter tomado conhecimento de um comentário publicado numa rede social, no qual era relatada uma alegada situação de tratamento inadequado de um animal por parte de um funcionário municipal. Mencionou que, de acordo com a publicação, teria sido presenciada, pelas oito horas e dez minutos da manhã, uma situação descrita como de “desumanidade total”, em que um funcionário camarário teria puxado a corda de um cão e, de forma grosseira, o teria lançado para o interior de um depósito, como se de lixo se tratasse. Informou que, procurou averiguar a situação, tendo constatado que, apesar de as instalações do Canil Municipal não reunirem as melhores condições, a realidade existente não corresponde à descrição apresentada na referida

publicação. Considerou, contudo, que existe uma solução que não representaria um encargo demasiado elevado para o Município, propondo que, na zona voltada para o aeroporto, fosse criada uma área devidamente protegida, na parte posterior do edifício da carpintaria, permitindo que os animais pudessem circular livremente nesse espaço, em melhores condições. -----

--- Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal, que informou ter tomado conhecimento da publicação referida e ter contactado de imediato o funcionário municipal responsável pelo espaço, tendo concluído que a situação relatada na publicação não correspondia à realidade e se encontrava descontextualizada. Esclareceu que, de acordo com a informação prestada pelo funcionário, nunca foi aplicada força sobre os animais, sendo, contudo, necessário proceder à sua contenção através de amarração durante a realização dos trabalhos de limpeza, de forma a permitir a execução da limpeza diária necessária do espaço. Relativamente à proposta apresentada pelo deputado municipal António, considerou que a mesma poderá proporcionar maior liberdade de circulação aos animais, referindo que a Câmara Municipal irá analisar as condições necessárias e a viabilidade de implementação da solução na zona proposta. Informou ainda, que o atual Canil Municipal constitui uma solução provisória, tendo a Câmara Municipal vindo a tomar algumas providências e a analisar as possibilidades existentes para a construção de um novo espaço destinado ao acolhimento dos animais. Por fim, referiu que, atualmente, se encontram apenas cinco cães nesta situação, considerando que a redução do número de animais abandonados se deve, em parte, às campanhas de sensibilização, vacinação e colocação de microchip que têm vindo a ser promovidas. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, que agradeceu as palavras proferidas pelo Presidente da Assembleia Municipal e referiu que, em seu nome e em representação da freguesia, constituía uma honra receber a presente reunião da Assembleia Municipal e todos os seus membros. Considerou que a descentralização das reuniões da Assembleia Municipal constitui uma iniciativa muito positiva, por permitir uma maior proximidade com as populações e proporcionar aos munícipes a oportunidade de participar, colocando questões e apresentando sugestões. De seguida, destacou duas questões que considerou de particular importância para a freguesia. A primeira respeitava à zona balnear, assunto que já havia sido abordado e esclarecido anteriormente. A segunda prendia-se com a criação de um Centro de Dia, referindo ter conhecimento de que a Câmara Municipal equacionava a sua instalação no edifício da antiga escola. Considerou

que esta iniciativa constituiria uma mais-valia para a freguesia, atendendo às suas características, nomeadamente ao envelhecimento da população e ao seu relativo isolamento, contribuindo para o bem-estar e acompanhamento da população idosa. Questionou, igualmente, sobre o ponto de situação da conclusão da pavimentação da Estrada das Ovelhas, pretendendo saber se havia algum desenvolvimento ou previsão relativamente à conclusão dos trabalhos. Relativamente à situação da Quebrada, agradeceu a intervenção realizada na sequência da anterior reunião da Assembleia Municipal, nomeadamente a elaboração de um ofício dirigido à entidade competente. Referiu que a Secretária Regional dos Transportes, Dra. Berta Cabral, havia informado que estavam reunidas as condições de segurança, tendo sido efetuado apenas um reforço da sinalização no local. Contudo, manifestou o entendimento de que uma intervenção que não contemplasse a aplicação de betão poderá não constituir a solução mais segura, tendo em consideração o estado atual da estrada. No que respeita ao estacionamento na zona do porto, informou que a Junta de Freguesia ainda não tomou uma decisão definitiva quanto à melhor solução a implementar, considerando importante que a mesma seja devidamente estudada e pensada, tendo igualmente em conta as necessidades futuras da freguesia. Referiu, contudo, que a Junta de Freguesia procurará responder com a maior brevidade possível à Câmara Municipal, de forma a permitir a necessária articulação relativamente às obras a realizar. -----

--- Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal, que, relativamente à criação do Centro de Dia, informou que a Câmara Municipal conseguiu integrar o projeto numa candidatura atualmente em curso no âmbito da eficiência energética. Nesse contexto, está prevista a substituição de janelas e a realização de algumas reparações no edifício, através do financiamento obtido pela candidatura, sendo os restantes trabalhos realizados por administração direta da Câmara Municipal. No que respeita à pavimentação da Estrada das Ovelhas, informou que a empresa Tecnovia não se encontra, de momento, a realizar este tipo de trabalhos. Referiu que, recentemente, estava prevista a deslocação à ilha de uma equipa da empresa para colocar em funcionamento a respetiva central de betão, tendo recebido a informação de que, assim que esta se encontre operacional, será possível solicitar orçamentos e avançar com a preparação da intervenção necessária. Relativamente à situação da Quebrada, informou que a Câmara Municipal já diligenciou junto do Serviço de Obras Públicas, tendo-se disponibilizado, em conjunto com o Serviço de Ilha da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, para colaborar na colocação

de pedra, recorrendo à maquinaria municipal. Referiu que a Câmara Municipal já comunicou esta disponibilidade às entidades competentes e se encontra a aguardar resposta quanto à necessidade da sua intervenção. Acrescentou que os próprios serviços de Obras Públicas já se encontram a transportar pedra para a zona da antiga lixeira e que, assim que seja necessária a utilização da maquinaria municipal, a Câmara estará disponível para colaborar. Informou ainda, que a Câmara Municipal já dirigiu um ofício à Senhora Secretária Regional, solicitando a sua intervenção na resolução desta situação, bem como relativamente às questões relacionadas com os transportes aéreos e marítimos, não tendo, até à data, obtido resposta. Quanto ao estacionamento na zona do porto, referiu que a Câmara Municipal está disponível para, em conjunto com a Junta de Freguesia, encontrar uma solução para a criação de estacionamento no terreno que já é propriedade do Município. Acrescentou que, assim que a Junta de Freguesia entenda avançar com a solução, a Câmara Municipal está disponível para ceder o referido terreno para esse efeito.

--- Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz das Flores, que, relativamente à Casa Roberto Mesquita, informou ter conhecimento de que o imóvel se encontra à venda, questionando a Câmara Municipal sobre a eventual intenção de adquirir o referido prédio. -----

--- Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal, que, relativamente à Casa Roberto Mesquita, informou ter estado em contacto com a gestora de insolvência da massa insolvente da empresa Castanheira & Soares, a qual lhe comunicou que havia sido desbloqueada a situação do referido bem imóvel, bem como dos respetivos armazéns. Referiu que, a gestora de insolvência questionou a Câmara Municipal sobre o eventual interesse do Município na aquisição do imóvel, tendo sido manifestado o interesse da autarquia, condicionado, contudo, ao conhecimento do respetivo valor de venda. Informou ainda, que o anterior executivo municipal já havia manifestado interesse na aquisição do imóvel pelo valor correspondente à hipoteca. Contudo, foi posteriormente transmitido à Câmara Municipal que o imóvel seria alienado pelo seu valor de mercado. Nesse sentido, a autarquia deverá formalizar, através de correio eletrónico, o pedido de apresentação do valor de venda, para que possa posteriormente avaliar e, caso assim o entenda, proceder à aquisição do imóvel. Manifestou ainda preocupação relativamente à existência de duas pessoas a residir atualmente no imóvel, referindo que, caso a aquisição não venha a ser concretizada pela Câmara Municipal, deverá ser acautelada a situação habitacional dessas

50

50

50

50

50

50

50

para a recuperação do património existente e para a dinamização da vida local, solicitando que esta preocupação seja tida em consideração em futuras aquisições. De seguida, deixou uma nota positiva ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz pela organização das comemorações do Dia da Freguesia, salientando a parceria estabelecida com a Câmara Municipal e considerando que esta articulação entre os diferentes órgãos autárquicos constitui um exemplo a seguir pelas restantes freguesias. Referiu ainda, a importância da união entre o poder autárquico local para fazer face às necessidades do concelho, manifestando a sua preocupação relativamente a diversas matérias que, no seu entender, não têm tido a devida resposta por parte do Governo Regional. No âmbito da cultura, destacou as dificuldades sentidas pela filarmónica, grupo de teatro e associações desportivas no acesso a apoios do Governo Regional, salientando o papel da Câmara Municipal no apoio às atividades culturais do concelho. Referiu igualmente as questões relacionadas com a falta de médicos de família, a insuficiência de lugares disponíveis para residentes e utentes que se deslocam a consultas, bem como a problemática da proliferação de coelhos na ilha. Por fim, congratulou a Câmara Municipal pela boa gestão financeira.

--- Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as palavras proferidas pelo deputado municipal e referiu que a autarquia já deu o primeiro passo no sentido da aquisição de habitações, tendo para o efeito publicado um edital destinado a permitir que os proprietários interessados manifestem a sua intenção de vender os seus imóveis ao Município. Informou que, ainda no próprio dia, uma pessoa da freguesia de Ponta Delgada havia manifestado interesse em vender uma habitação à Câmara Municipal, tendo sido encaminhada para os serviços do Município, com vista a prestar as informações necessárias e dar seguimento ao respetivo processo. Referiu ainda, que existem apoios cuja atribuição é da competência do Governo Regional, considerando, contudo, que esta área não tem tido a resposta necessária. Relativamente ao planeamento e ordenamento do território, informou que, no âmbito do processo de revisão do PDM, existem terrenos do Município, designadamente os localizados na Rua da Terça e nos Vales, se encontram identificados no POOC como áreas onde não é permitida a construção. Nesse sentido, informou que a Câmara Municipal solicitou a respetiva desafetação, com o objetivo de permitir a utilização desses terrenos para fins habitacionais. -----

--- Tomou a palavra a deputada municipal Dora Valadão, que referiu que o Partido Socialista votou favoravelmente, em reunião de Câmara Municipal, a aquisição das duas moradias anteriormente referidas. Congratulou a colocação do edital, considerando que

este deveria ter sido publicado em primeiro lugar e só posteriormente concretizada a aquisição das propriedades. Salientou que todos os partidos defendem a aquisição de habitação, por se tratar de uma problemática existente no concelho. Relativamente à aquisição de moradias nas freguesias, manifestou a sua concordância, considerando que esta medida permite recuperar habitações degradadas, reabilitá-las e promover a sua renovação. Referiu ainda que a aquisição e reabilitação de moradias poderá contribuir para a fixação de jovens e técnicos na ilha ou de pessoas que pretendam vir para o concelho, dando maior dinamismo às freguesias e contribuindo para a sua revitalização. -----

--- Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal, que, relativamente à aquisição de habitações, esclareceu que a autarquia tem contactado principalmente as imobiliárias, uma vez que existem habitações disponíveis para venda. Contudo, referiu que, devido à demora na obtenção de respostas por parte das mesmas, nem sempre é possível obter uma resposta em tempo útil. Manifestou ainda, a sua concordância com a aquisição de terrenos nas freguesias, considerando que esta medida poderá contribuir para a sua revitalização e dinamização. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal que deu nota positiva à notícia relativa à preservação do Arquivo Histórico, destacando a limpeza e o cuidado demonstrados na conservação dos livros antigos, bem como a colocação de ar condicionado, de forma a garantir condições adequadas para a preservação do arquivo e a sua manutenção em bom estado de conservação. -----

--- Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que uma parte significativa do Arquivo Histórico se encontra no Siturflor. Referiu, contudo, que o arquivo existente nesse local se encontra contaminado pelo bicho prata, tendo sido realizadas ações de limpeza com o objetivo de evitar a propagação para o restante espólio. Informou ainda que, atendendo à quantidade de documentos existentes, foi contactada a empresa Anticimex para proceder à desinfeção do arquivo, encontrando-se atualmente a aguardar a aplicação do produto adequado. Acrescentou que foi também contactado o Museu das Flores, cujos responsáveis demonstraram entusiasmo pela iniciativa e manifestaram disponibilidade para colaborar na sua organização. -----

--- **Ponto Dois – Regulamento de Utilização e Funcionamento do Recinto Desportivo de Acesso Público – Pavilhões Municipais, para análise e votação;** -----

--- A Sra. Presidente da Câmara apresentou os regulamentos destinados a estabelecer as regras de utilização dos respetivos recintos desportivos. Referiu que, os regulamentos

definem as condições de utilização das instalações por clubes, associações, estabelecimentos de ensino, grupos de munícipes e outras entidades, bem como as regras aplicáveis às atividades desportivas e à utilização dos espaços pelo público. Os documentos estabelecem ainda normas gerais relativas à segurança, ao acesso e permanência nos recintos e à responsabilidade dos utilizadores, procurando assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos e a segurança de todos os seus utilizadores. Esclareceu que, os dois regulamentos apresentam conteúdo semelhante, distinguindo-se essencialmente pela localização e pela respetiva capacidade de público. Por fim, informou que a entrada em vigor dos novos regulamentos determinará a revogação dos anteriores regulamentos aplicáveis aos respetivos pavilhões. -----

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Ponto Três – Regulamento do Cemitério Municipal da Esperança, para análise e votação;** -----

--- A Sra. Presidente apresentou a proposta de regulamento que visa atualizar e adequar as normas relativas ao funcionamento e utilização do cemitério à legislação em vigor. Informou que, o regulamento estabelece as regras aplicáveis à utilização do espaço, nomeadamente no que respeita às sepulturas, jazigos, inumações, cremações, exumações e transladações, bem como aos direitos e deveres dos concessionários e aos procedimentos administrativos associados. Por fim, informou que, após a sua aprovação e cumprimento das formalidades legais, o regulamento entrará em vigor nos termos nele previstos, designadamente após a respetiva publicação em Diário da República. -----

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade. -----

--- **Ponto Quatro – Regulamento ao Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, para análise e votação;** -----

--- A Sra. Presidente apresentou a proposta de regulamento tendo como principais objetivos incentivar a natalidade, apoiar as famílias e contribuir para a fixação da população no concelho. Informou que, o regulamento prevê a atribuição de um incentivo sob a forma de subsídio, correspondente a trinta e seis prestações mensais, destinado ao reembolso de despesas relacionadas com o crescimento e desenvolvimento da criança, desde que cumpridos os requisitos regulamentares. A proposta prevê ainda majorações do incentivo, designadamente de dez por cento quando a criança tenha naturalidade no concelho, de vinte por cento no caso do segundo filho e de cinquenta por cento no caso do terceiro filho e seguintes, nos termos definidos no regulamento. Entre as despesas elegíveis

encontram-se despesas com consultas médicas, medicamentos, artigos de higiene, puericultura, mobiliário, equipamentos, alimentação, vestuário e calçado, mediante a apresentação dos respetivos documentos comprovativos. O regulamento estabelece igualmente que, o pagamento do primeiro ano de nascimento possa ser integral, ou seja, mil e duzentos euros, e os restantes vinte e quatro meses pagos em prestações mensais de cem euros. Por fim, a Presidente informou que a proposta foi submetida a consulta pública e que, após a sua aprovação e cumprimento das formalidades legais, o novo regulamento entrará em vigor nos termos previstos. -----

--- Tomou a palavra a deputada municipal Carla Nóia, que propôs que os regulamentos fossem submetidos à Comissão Permanente, de modo a permitir uma análise mais aprofundada dos mesmos, propondo que, posteriormente, fossem novamente apresentados em reunião da Assembleia Municipal para apreciação e votação. -----

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade submetê-lo à Comissão Permanente para análise. -----

--- **Ponto Cinco – Regulamento do Programa Municipal para Comparticipação de Medicamentos, para análise e votação.** -----

--- A Sra. Presidente da Câmara apresentou a proposta de alteração ao devido regulamento, destinado a apoiar pensionistas, reformados e pessoas com doença crónica incapacitante, contribuindo, para a redução das despesas de saúde e para a melhoria das condições de vida das famílias. Informou que o programa prevê a comparticipação de despesas relacionadas com medicamentos, aquisição de óculos ou próteses, consultas médicas e outros meios complementares de diagnóstico e terapêutica, mediante o cumprimento dos requisitos de elegibilidade previstos no regulamento. Entre as condições de acesso encontram-se a residência e recenseamento no concelho, o cumprimento dos limites de rendimentos estabelecidos e, no caso de pessoas com doença crónica incapacitantes, a comprovação de incapacidade permanente global igual ou superior a sessenta por cento. A proposta prevê ainda que as candidaturas sejam apresentadas dentro dos prazos definidos, mediante requerimento e documentação comprovativa, podendo os apoios ser renovados anualmente quando se mantenham as condições de elegibilidade. Por fim, informou que a proposta estabelece igualmente as obrigações dos beneficiários e as regras aplicáveis em caso de alteração das condições que determinaram a atribuição do apoio. --

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por unanimidade submetê-lo à Comissão Permanente para análise. -----

--- E quando eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão, da qual se lavrou a presente ata, assinada por mim primeiro secretário

e por Hernâni Peixoto que presidiu a reunião.

Assinado por: Hernâni Mendonça Peixoto
Num. de Identificação: BI06297215
Data: 26-10-2026 12:52:06 +00:00

